

Este segundo número do volume 4 da *Trabalho, Educação e Saúde* publica, na seção Artigo, dois estudos sobre a história da formação dos trabalhadores. Em “O ensino de saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro”, Luiz Antônio de Castro Santos e Lina Faria analisam, nas primeiras décadas do século XX, a geração protagonista de uma nova proposta de saneamento, denominada ‘higienista-educacional’, que abriu caminhos para o surgimento de um molde diferenciado de ação em saúde, sustentado na educação sanitária, na prevenção de doenças e na formação de recursos humanos. Os autores concluem que estes sanitaristas – que tendiam para um perfil humanista, concebendo a ciência também como ação política, e que mantinham laços estreitos com lideranças e programas de saúde pública nos Estados Unidos, em particular com a Fundação Rockefeller – viriam a se tornar importantes no cenário da política de saúde brasileira, contribuindo para a construção das “utopias de Brasil”. O segundo artigo, de Marlene Ribeiro, intitulado “Políticas públicas em trabalho, educação e tecnologia: uma história em movimento”, resgata os confrontos neste campo das políticas públicas, à luz da área “trabalho e educação” nos termos propostos pelo grupo homônimo criado na década de 1980 no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação” (Anped). O artigo fundamenta-se no acompanhamento e na participação no debate sobre trabalho-educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) e em pesquisas sobre o tema.

Este número apresenta também estudos sobre a avaliação e o currículo no campo da formação em saúde. Marilda Moreira, no relato “Repensando a avaliação: perspectivas criativas para a educação profissional na área da saúde do trabalhador”, descreve duas experiências realizadas com alunos do Curso Técnico de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz. Essas experiências visavam à ruptura com o modelo tradicional de avaliação, propondo, ao campo da formação profissional em saúde, uma reflexão sobre como as desigualdades sociais são mantidas através dos instrumentos pedagógicos mais consolidados, como provas e testes. As inovações curriculares em saúde são abordadas em três textos da seção Artigo. Maria Helena Salgado Bagnato e Maria Inês Monteiro, em “Perspectivas interdisciplinar e rizomática na formação dos profissionais da saúde”, tratam dos desafios propostos pelas duas perspectivas mencionadas no título, no que tange à inclusão de temas inovadores no processo de formação profissional e na produção de conhecimentos. Tais temas, ao movimentar novas interpretações e subjetividades, podem possibilitar diferentes formas de lidar com a complexidade da realidade na formação em saúde. Em “Problematizando o processo ensino-aprendizagem em enfermagem em saúde mental”, Sônia Barros e Roselma Lucchese questionam o modelo de educação na área e, em substituição, apontam a formação crítico-reflexiva dos profissionais. Para tal, propõem um diálogo entre a prática e o ensino da assistência de enfermagem psiquiátrica

e de saúde mental, para que docentes e trabalhadores da área identifiquem e construam as competências necessárias para a atuação eficaz. Maria Itayra C. de S. Padilha, no artigo “O ensino de história da enfermagem nos cursos de graduação de Santa Catarina”, apresenta os resultados do projeto de pesquisa que identificou, a partir de 15 escolas de enfermagem do estado, o *modus operandi* do desenvolvimento da disciplina em questão. Como conclusão, de caráter preliminar, a autora indica que há um avanço relativo à carga horária e às estratégias de ensino-aprendizagem, porém a inserção da disciplina ainda carece de reflexão coletiva a respeito de sua importância na formação do profissional de enfermagem.

Destacamos ainda os textos da seção Debate, que tratam da relação entre cidadania, politécnica e emancipação. O texto-base do debate intitula-se “Revisitando o conceito de cidadania: notas para uma educação politécnica”, de Adriana Geisler, que tem como objetivo identificar a que conceito de cidadania a perspectiva da politécnica se filia, como um projeto emancipador no contraponto aos reflexos da ideologia liberal no campo da formação profissional. Cinco textos dialogam com este primeiro: “A cidadania como pertencimento: uma reflexão a partir da psicanálise”, de Carlos Plastino; “Breves anotações sobre a educação politécnica como parte de um projeto emancipador”, de Esther Arantes; “Qual cidadania, qual democracia, qual educação?”, de José Rodrigues; “Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado”, de Carmen Sylvia Vidigal Moraes; e “Da atualidade da servidão voluntária”, de Virgínia Fontes.

Por fim, o ensaio “Trabalho, sociabilidade e individuação”, de Sérgio Lessa, discute a articulação entre os três pólos expressos no título como forma de reflexão sobre reprodução dos indivíduos na configuração social contemporânea. Este percurso revela um processo de individuação mediado pela reprodução da mercadoria, que impõe aos seres humanos uma vida crescentemente alienada.

Este número publica ainda a entrevista concedida pelo professor Yves Schwartz e três resenhas, sobre os livros *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis*, organizado por Roberto Leher e Mariana Setúbal, de Edineide Jezine; *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*, organizado por Nísia Trindade Lima *et al.*, de Lilian Koifman; e *A profissionalização da enfermagem brasileira*, de autoria de Almerinda Moreira e Taka Oguisso, de Rosalba Timoteo.

*Carla Macedo Martins*

*Angélica Ferreira Fonseca*

*Isabel Brasil Pereira*